

## ATA Nº 2 DA ASSEMBLEIA REGIONAL ORDINÁRIA

30-10-2020

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 26º, nºs. 1, 3 e 4, e 16º, nº 3, todos do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, reuniu a Assembleia Regional da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos em segunda sessão, pelas vinte e uma horas do dia trinta de Outubro de dois mil e vinte, por via telemática através da plataforma "Zoom", com a presença confirmada de trinta e dois membros.

Aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve, (adiante designada M.A.R.Alg.) Arq.º Nuno Freitas, foram dadas as boas vindas à primeira Assembleia Regional da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos a todos os presentes e explicada a forma de participação ordenada na mesma, tendo em conta a sua realização telemática, por via das circunstâncias que vivemos pela pandemia da COVID-19. Pela Secretária da M.A.R.Alg., Arq.ª Andreia Caetano, foi feita a chamada dos membros inscritos nesta assembleia, conforme norma da convocatória enviada a todos os membros registados na região do Algarve. De seguida, foram iniciados os trabalhos previstos nos pontos apresentados em convocatória, nomeadamente:

1. Ponto de situação atual da Secção Regional do Algarve;
2. Apreciação e aprovação do Plano de Atividades de 2020;
3. Apreciação e aprovação do Plano de Atividades para 2021;
4. Outros assuntos de interesse para a Secção;

### **Ponto um da ordem de trabalhos**

Pelo Presidente do Conselho Diretivo Regional do Algarve (adiante designado por C.D.R.Alg.), Arq.º Luis Matos, foi apresentado o ponto de situação atual da Secção Regional do Algarve (adiante designada por S.R.Alg.). Começou por enquadrar a descentralização da Ordem dos Arquitectos (adiante designada por O.A.) com a substituição de duas secções regionais para sete secções regionais por alteração dos Estatutos da O.A. publicada em 2015. Referiu a dificuldade em pôr em prática esta alteração, sendo que os procedimentos para a viabilizar foram levados a efeito no final do último mandato da O.A. e que a aprovação do primeiro relatório previsto pelo Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Regionais e Locais da Ordem dos Arquitectos (adiante designado por ROFERLOA), aconteceu já em Janeiro de 2020, cujo teor possibilitou a organização do ato eleitoral para as sete novas secções; mas que o processo de instalação das secções não ficou terminado uma vez que o segundo relatório também previsto pelo ROFERLOA, cujo teor define os meios para o funcionamento das sete novas secções, foi elaborado mas não chegou a ser apresentado à assembleia de delegados da O.A. para aprovação. O Presidente do C.D.R.Alg. continuou a explicar que após a tomada de posse do novo executivo nacional, este regulamento ficou praticamente suspenso, ou seja, nada se fez até à data para cumprir o mesmo, tendo o Conselho Diretivo Nacional (adiante designado por C.D.N.) e as secções regionais optado por celebrar um Acordo de Cooperação (adiante designado por A.C.); este A.C. foi enviado em Agosto, por mail, a todas as secções para que as mesmas dessem os seus contributos, no âmbito dos quais a S.R.Alg. colocou uma série de questões que nunca foram respondidas e como tal, considerou a S.R.Alg. que o A.C. não respeita os

regulamentos em vigor e aquilo porque se tinha lutado no últimos anos com vista à descentralização da O.A.; foi dado como exemplo o facto de que pelo Acordo, a S.R.Alg. continua com a sede em Lisboa, sem ter um funcionário presente no Algarve mas a partilhar os que estão em Lisboa; outro exemplo é o de estar a ser proposta a assinatura do Acordo entre o C.D.R.Alg. e Conselho de Disciplina Regional do Algarve, que são órgãos completamente distintos. Assim, em reunião plenária do C.D.R.Alg. foi entendido votar contra o A.C. proposto, apesar de se ter estudado a situação e de se ter tentado cooperar com o C.D.N.; foi apresentada uma declaração de voto por escrito por parte do C.D.R.Alg. onde considerámos o A.C. ilegal, assumindo que não respeita o disposto nos Estatutos da O.A. nem do ROFERLOA, não estando a cumprir com o que está publicado em Diário da República. O Presidente do C.D.R.Alg. informou que à data, a S.R.Alg. tem um único email oficial, que poucos membros conhecem porque ainda não foram fornecidas as bases para comunicar; tem uma página de facebook criada há pouco tempo por iniciativa da S.R.Alg., pela dificuldade verificada em partilhar uma página de facebook da O.A. conforme o executivo nacional pretende; a S.R.Alg. ainda não tem orçamento, não tem condições e mesmo estratégia para poder pôr os seus serviços a funcionar em pleno. O Presidente do C.D.R.Alg. acrescentou que o já mencionado ROFERLOA dispõe que, só através do segundo relatório é que estão reunidas as condições para instalar as secções fisicamente e como este relatório ainda não está aprovado, aguardamos que o C.D.N. venha a fazer algo sobre o mesmo. Neste momento o C.D.N. apresentou um orçamento, que é um único para toda a O.A., estando depois dividido por secções, apresentado pela tesoureira do C.D.N., e que teve como base a continuidade dos primeiros sete meses de 2020, em duodécimos por não ter sido aprovado orçamento para 2020; portanto foi apresentado um orçamento com os gastos reais dos primeiros sete meses do ano e o orçamento para os restantes cinco meses do ano. Em reunião plenária do C.D.R.Alg. ficou decidido recusar o orçamento, porque por exemplo, refere um prejuízo da S.R.Alg em Formação, que ronda os trezentos euros e portanto desconhecendo Formação no Algarve por parte da O.A. desde há muitos anos, não conseguimos aceitar um orçamento com este ponto; outro exemplo é a despesa de cerca de quinze mil euros em funcionários partilhados e que estão em Lisboa. Com estes exemplos queremos partilhar e dar a entender aos membros que estamos muito condicionados com a estratégia que o C.D.N. adotou. Neste momento, o único instrumento que possuímos é um e-mail oficial. Considerando estar feito um ponto de situação, de forma sucinta, o Presidente da S.R.Alg. sugeriu abrir o ponto a discussão dos membros presentes para que todos fiquem o mais esclarecidos possível sobre o assunto, sendo este um modo de integrar os membros e juntos fazer alguma coisa pela S.R.Alg. da O.A.

Pelo Presidente da M.A.R.Alg. foi dada palavra aos membros presentes na assembleia para comentários e/ou colocação de questões sobre o ponto apresentado, por meio de inscrição pela ferramenta de diálogo escrito disponibilizada pela plataforma da reunião online.

Foi dada a palavra ao Arq.º Fernando Santos, que agradeceu a oportunidade de participar numa Assembleia da O.A., e disse que a O.A. é exatamente aquilo que o Sr. Presidente do C.D.R.Alg. acabou de dizer, ou seja, um monopólio de um número de pessoas há 30 anos, que funciona sempre da mesma maneira, e que é sempre dos mesmos donos e que nós pagamos cotas mas não temos nada. Considera que agora que temos uma Secção Regional, devemos ter uma postura muito mais dura, porque a Ordem nunca mudou nem vai mudar, os problemas dos arquitetos são sempre os mesmos. Sugere que podemos ter que fazer uma revolta simpática e que seria importante a criação de um mail para partilha de toda a informação como esta sobre a situação da Secção, para que todos a recebam da mesma maneira,

para a podermos usar e ajudar-nos uns aos outros; referiu ainda que desconhecia a existência dos relatórios. Volta a frisar que o que foi partilhado é exatamente a história dos últimos 30 anos da O.A.: a ordem é uma elite e não lhes interessa andar. Agradece a disponibilidade dos atuais eleitos para a S.R.Alg., apresentando a sua disponibilidade para ajudar de alguma forma, pois considera que é preciso tratar o assunto de forma séria: "a Ordem deu-nos uma migalha e continua a roubar-nos o resto do pão". A situação só vai ter solução se fizermos barulho, se houver coragem e quisermos gastar tempo para fazer alguma coisa.

Foi dada a palavra a Arq.<sup>a</sup> Teresa Correia, que agradece a realização da Assembleia, e questiona como se vai fazer aprovar os Planos de Atividades se não há orçamento. Depois, comenta que percebe que a não aceitação do acordo resulte de uma posição de afirmação no contexto do anterior executivo e acrescenta que na sua opinião era expectável que o período inicial de instalação das novas Secções regionais fosse difícil. Questiona ainda como é que os regulamentos da O.A. estão suspensos, uma vez que não foram revogados, alterados ou deliberada a sua suspensão; acha que poderão é não estar a aplicá-los temporariamente, num período de transição; e conclui que se poderão votar os Planos de Atividades, mas não entende como se podem operacionalizar e como vai ser a forma de financiamento da Secção, assim como questiona sobre quais serão os passos seguintes.

Foi dada a palavra a Arq.<sup>a</sup> Joana Nunes Guerreiro que começou por agradecer o tempo de palavra e participação na Assembleia, e referiu que a Secção já começa a justificar a sua existência e comentou ser óbvio que há um historial de anarquia grande na O.A. e que os arquitetos precisam da O.A. e a O.A. precisa dos arquitetos; refere que lhe parece ser altura para tomar a responsabilidade individual sobre aquilo que podemos fazer pela secção. Perguntou como previa a Secção organizar a participação dos seus membros na representação da mesma, de modo a encontrar forças regionais para se tentar dialogar e negociar com o C.D.N., e apelou para que não se crie uma pequena Ordem que reflita a tal elite, mas uma Ordem com um tipo de trabalho democrático e participativo, reforçando ser necessário dialogar com a Secção e com a Sede. Referiu ainda não concordar com uma postura de conflito, se não se estabelecer um diálogo prévio e perceber quais as bases de uma negociação, se possível, por considerar prejudicial para o trabalho que a Secção deverá desenvolver em prol da arquitectura no Algarve. Questionou também se outras secções regionais estavam a enfrentar os mesmos problemas; e referiu por fim, que caso se conclua que será mesmo necessário revolucionar a Ordem profissional, seja feita uma ligação com as outras secções regionais que estão a enfrentar os mesmos problemas.

Terminadas as intervenções dos membros presentes, o Presidente do C.D.R.Alg. respondeu que a S.R.Alg. tem todo o interesse em fazer chegar mais informação aos membros, mas que deve ter os próprios meios para o fazer e ainda não tem, frisando que a situação está a ser tratada. Sobre o orçamento para a S.R.Alg. confirmou que existirá, não sabe quando, como e que orçamento será, uma vez que ainda está em discussão, sendo que em Agosto a S.R.Alg. alertou o executivo nacional que era necessário fazer um orçamento para 2020 e o C.D.N. não o entendeu como tal; em Setembro, o executivo nacional acabou por informar que era necessário fazer um Plano de Atividades e um orçamento para 2020. O Presidente do C.D.R.Alg. acrescentou que quando se refere ao executivo nacional, não está a dizer que estão a fazer mal ou bem, mas que eles próprios estão com dificuldades; e referiu também como exemplo que os regulamentos da O.A. não estão suspensos e poderá ter usado a palavra errada para descrever o modo como estão a ser tratados, ou seja que o C.D.N. não está a dar cumprimento ao regulamento, uma vez que não está a ser dado seguimento ao segundo relatório. O Arq.<sup>o</sup> Luis Matos voltou ao tema do orçamento para acrescentar que a S.R.Alg. apresentou um novo

orçamento, uma vez que o primeiro apresentado pelo executivo nacional não refletia as características da Secção Regional. Sobre o período de transição mencionado por um dos intervenientes, respondeu que a O.A. é uma associação de direito público, e tem que cumprir com o que está regulamentado, e não pode um executivo novo fazer as suas próprias regras; pode sim fazer retificações, ou propor novos regulamentos e publicar de forma legal, cumprindo sempre por estatuto. Refere mais uma vez que a S.R.Alg. está a tentar cooperar, dando contributos, fazendo questões, mas não obtêm respostas concretas, tendo que voltar a fazer questões, tudo através de um e-mail. Ainda sobre o diálogo com o C.D.N., esclareceu que não há revolta nem nunca pretendemos criá-la e referiu que a "revolta" foi criada em 2015 com a alteração dos Estatutos da O.A., que por agora só tem havido necessidade de diálogo, explicando que as plenárias nacionais são compostas pelos nove elementos do C.D.N. e pelos sete Presidentes dos Conselhos Diretivos Regionais, logo o C.D.N. tem sempre maioria para aprovar ou reprová-lo que quiser, portanto sem diálogo não há condições para haver secções; mas assume que está difícil dialogar. O Presidente da S.R.Alg. referiu ainda que acredita que há intenção de cumprir a missão da Ordem, quer pelo C.D.N., quer pelas Secções Regionais mas, a nível nacional, há muitas pessoas que não sabem o que é uma descentralização ou preferem a centralização. Sobre as outras secções, informou que todas votaram a favor do A.C., contudo houve três secções, que mencionaram votar a favor por não haver outra "saída", mas que eram contra o A.C.. Adiantou ainda que no próprio dia desta assembleia, numa reunião plenária nacional, todas as secções mais pequenas, ou seja excluindo a Secção Regional Norte e a Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, se queixaram que não conseguiam fazer nada, porque não terem conta bancária nem a conseguem abrir, porque ainda só têm um email oficial, portanto tendo assinado o A.C., estão como a S.R.Alg. que não assinou.

Pelo Presidente da M.A.R.Alg. foi considerado esclarecido o teor do ponto um da ordem de trabalhos, não obstante de poderem ser feitas mais algumas intervenções nos pontos seguintes da ordem de trabalhos, pelo que deu seguimento à sessão passando a palavra novamente a um representante do C.D.R.Alg. para apresentar o ponto dois da ordem de trabalhos.

### **Ponto dois da ordem de trabalhos**

Pela Vice-Presidente do C.D.R.Alg., Arq.<sup>a</sup> Ana Alves Pinto, foi apresentado o segundo ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação do Plano de Atividades de 2020. Começou por explicar as intenções na realização do Plano de Atividades de 2020, referindo que grande parte das atividades realizar-se-ão no ano de 2021. Informou que a maioria das atividades propostas são passíveis de realizar quase sem custos, tendo em conta o facto do orçamento ainda não ter sido viabilizado, por ora, e dando o exemplo do evento da apresentação oficial da S.R.Alg. que se realizou no Palácio de Estoi, sem custos, resultado das parcerias criadas. Referiu também que, devido ao contexto de pandemia, grande parte das atividades propostas são via digital. Saliu que, para além de todas as dificuldades que a Secção se tem deparado com o C.D.N., soma ainda o contexto de pandemia, o que dificulta ou compromete muitos dos eventos propostos, sendo que alguns não serão mesmo possíveis de realizar-se. Continuou explicando que o Plano de Atividades prevê quatro áreas temáticas, nomeadamente Presidência, Sociedade, Arquitectura e Profissão, e da Instituição; destacou as comemorações do Dia Nacional da Arquitectura que se estendem a todo o mês de Outubro; a criação de um Prémio Regional de Arquitectura já em desenvolvimento; a aposta no acesso à formação, assim que possível, uma vez que dependerá do orçamento que será disponibilizado, e referindo ser um dos temas mais solicitados pelos membros durante a campanha; conferências e tertúlias com arquitetos da região, via digital. Solicitou a colaboração dos membros

na resposta a um inquérito, para que a Secção obtenha informação mais específica dos arquitetos da região, uma vez que a mesma não foi disponibilizada até ao momento pelo C.D.N.

A Vice-Presidente do C.D.R.Alg., aproveitou ainda o momento para reforçar as explicações dadas pelo Presidente do C.D.R.Alg. sobre o ponto de situação da Secção e sobre a relação com o C.D.N. em todas as fases de evolução deste processo novo de descentralização, frisando que o C.D.R.Alg está empenhado em defender os interesses dos arquitetos do Algarve e a esforçar-se pela Secção e pelos seus membros, e que será sempre essa a postura.

Pelo Presidente da M.A.R.Alg. foi dada palavra aos membros presentes na assembleia para comentários e/ou colocação de questões sobre o ponto apresentado, por meio de inscrição pela ferramenta de diálogo escrito disponibilizada pela plataforma da reunião online. Não havendo questões por parte dos membros, prosseguiu, colocando o Plano de Atividades de 2020 a votação, por meio da digitação do número de membro e respectiva intenção de voto pela ferramenta de diálogo escrito disponibilizada pela plataforma da reunião online. Depois de colocado a votação, o Plano de Atividades de 2020 foi aprovado por maioria de 23 votos, com 5 votos de abstenção. Registaram-se ainda 2 membros que não pretenderam votar neste ponto e 2 membros que votaram fora do período concedido e posteriormente ao anúncio dos resultados. Foi considerado encerrado o teor do ponto dois da ordem de trabalhos, não obstante de poderem ser feitas mais algumas intervenções nos pontos seguintes da ordem de trabalhos, pelo que foi dado seguimento à sessão passando a palavra novamente a um representante do C.D.R.Alg. para apresentar o ponto três da ordem de trabalhos.

### **Ponto três da ordem de trabalhos**

Pela Vice-Presidente do C.D.R.Alg., Arq.<sup>a</sup> Ana Alves Pinto, foi apresentado o terceiro ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação do Plano de Atividades de 2021. Começou por explicar que, à semelhança do Plano de Atividades de 2020, as atividades propostas no Plano de Atividades de 2021, foram pensadas de modo a reduzir ao máximo os custos, uma vez que se desconhece, por ora, o orçamento que será disponibilizado. Sobre a proposta de revisão dos Planos de Atividades apresentados após conhecimento do orçamento disponibilizado, sugerida por um dos membros da assembleia, respondeu que o orçamento que será disponibilizado permitirá realizar todas as atividades estipuladas, podendo fazer maior diferença na forma de as realizar, e que portanto não será necessária uma revisão dos Planos de Atividades propostos.

Pelo Presidente da M.A.R.Alg. foi dada palavra ao Secretário do C.D.R., Arq.<sup>o</sup> Ricardo Lateiro, que acrescentou que os Planos de Atividades foram elaborados partindo do pior pressuposto, que era a Secção não ter orçamento (para 2020 e 2021), representando deste modo, o enorme esforço e empenho da Secção para que as coisas possam ser feitas. Explicou que, periodicamente, a Secção terá que apresentar relatórios das atividades, que preveem alterações ou retificações aos Planos de Atividades, a partir do momento que o orçamento seja disponibilizado e a conta bancária aberta. Reforçou que a Ordem é de todos e que a Secção existe para representar os arquitetos da região, que o Plano de Atividades se encontra em aberto, e apelou à participação dos membros, para que se sintam à vontade para propor alterações ou novas atividades. Informou também que existe uma deliberação de repartição de quotas, sendo que uma parte dela é devida à S.R.Alg; e que a Secção pretende cumprir a Lei e defender os interesses dos membros, ou seja, cumprir o que está disposto na Lei no que respeita aos Estatutos da O.A. e ao ROFERLOA. Frisou ainda, que os Estatutos da O.A. são Lei, e que se trata de uma questão de cumprimento da Lei. O Secretário do C.D.R.Alg. continuou, explicando

que os Planos de Atividades foram elaborados com base nas diretrizes propostas pelo C.D.N, através da tabela de pelouros, de modo a promover uma uniformidade nacional na O.A; que a Secção se comprometeu com os Planos de Atividades, com determinação, prevendo já o contexto de pandemia e a ausência de orçamento, apresentando cooperações com entidades para a Secção poder contribuir e estar presente; e que resumidamente o primeiro plano (de 2020) representa a preparação e o segundo plano (de 2021), as ações e tarefas. Pretendeu ainda, transmitir uma mensagem de confiança aos membros, dizendo que a Secção está a trabalhar para o sentido de estado da O.A. no Algarve e que para isso é importante abrir a O.A. ao território, aos membros e sobretudo à sociedade. Por fim apelou à contribuição dos membros, lembrando que a Secção põe em prática e que estes devem participar de alguma forma nos planos.

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia foi dada palavra aos membros presentes na assembleia para comentários e/ou colocação de questões sobre o ponto apresentado, por meio de inscrição pela ferramenta de diálogo escrito disponibilizada pela plataforma da reunião online.

Foi dada palavra à Arq.<sup>a</sup> Teresa Correia, que referiu que o seu comentário pretendia ser um contributo; entendeu que os Planos de Atividades foram elaborados com um orçamento zero, subentendendo que a Secção pretende criar um equilíbrio sem dependências excessivas, o que compreende e até considera ser uma boa atitude, mas que não invalida que pudesse haver uma base de orçamento da Secção, uma vez que as próprias atividades irão gerar custos e receitas. Continuou referindo que em termos de atitude da Ordem como coletivo e Secção, e como colega, considera que a O.A. no Algarve é como se não existisse, que não há um sentimento de pertença e que é preciso criá-lo, adiantando ainda que, se tivesse ganho as eleições, tentaria construir atividades que pudessem gerar esse sentimento. Disse perceber que há uma tendência de afirmação perante o C.D.N., mas que mais urgente será criar uma base de coletivo no Algarve, que na verdade os membros nem se conhecem, parafraseando que estamos todos de costas viradas uns para os outros. Sugeriu que terão que haver atividades de intervenção colectiva, mesmo que via zoom ou outro, frisando de novo que a Secção deve ter a preocupação de criar um sentimento de pertença.

Foi dada a palavra à Arq.<sup>a</sup> Joana Guerreiro que começou por agradecer e dizer que pretendia deixar um comentário sobre a conferência “*Un Climate Change*”, no que respeita a encontrar parcerias, e que considerava ser um evento de extrema importância, onde temas muito diferentes podem ser apresentados e a sua preparação bastante complexa, sendo necessário muita comunicação sobre esta atividade. Disse concordar que a Secção execute este tipo de eventos disponibilizando-se para dar o seu contributo na medida do possível, e recomendou que não fossem feitas parcerias com empresas que façam “*Greenwashing*”, como muitas vezes acontece na O.A., apelando ao sentido de justiça de não se recorrer a marcas para estes eventos, sugerindo por exemplo, que se recorra à Gulbenkian, universidades ou departamentos que tratem do ambiente. Referiu por fim, compreender que noutros eventos seja difícil não recorrer a marcas, mas que neste evento em específico, considera ser essencial, por suas palavras “qualquer coisa sem hipocrisia”.

Foi dada palavra ao Secretário do C.D.R.Alg., que informou que um dos instrumentos que a Secção prevê utilizar muito é o Call for Papers, quer neste ou qualquer outro evento, e apelou à participação de todos nestes eventos, sendo este um modo de se ouvir os membros, de se conhecerem uns aos outros e de se perceber o que se passa no Algarve.

Foi dada palavra ao Presidente do C.D.R. do Algarve, Arq.<sup>o</sup> Luis Matos, que informou que a Secção gostaria de já ter

comunicado com todos, mas que não tem gestor de membros, sendo a via oficial, a única via que a Secção pode comunicar com os seus membros. Relembrou, dando como exemplo, que a inscrição na assembleia foi feita através de um pedido via e-mail dirigido a uma funcionária da O.A., para que fosse garantido que todos os membros presentes, estavam ativos e com cotas pagas, pois a Secção ainda não tem acesso a esses dados; e que todos receberam um e-mail de resposta enviado por uma funcionária da O.A. cuja assinatura aparece acompanhada da nomenclatura “Lisboa e Vale do Tejo”. Adiantou que com este exemplo, pretende demonstrar que a Secção pretende comunicar com todos os seus membros, cativá-los, comunicar determinados eventos e atividades no Algarve, enviar o “inquérito aos membros” que já está pronto, através do envio de mails, mas que não se consegue por não ter acesso a esses dados oficiais que são competências da Ordem.

Foi dada a palavra ao Arq.º João Ferreira que começou por referir que vê a O.A., como reguladora da atividade profissional, e que na sua opinião a O.A. já foi uma Ordem durante pouco tempo, mas que voltou a ser Associação, porque uma Ordem tem que regular a profissão, e ninguém pode exercer se não estiver inscrito. Continuou referindo que, lamentavelmente voltaram cinco mil e tal técnicos a subscrever projectos de arquitetura, que não são arquitetos nem estão inscritos na Ordem, e considera lamentável que a O.A. tenha perdido, o que foi conquistado no tempo da Arq.ª Helena Roseta. Em comentário a uma das intervenções anteriores, disse considerar que existe uma clivagem cada vez maior entre os projetistas e os técnicos camarários que apreciam os projectos; haver problemas de concorrência entre os projetistas; e haver problemas entre técnicos camarários, por a lei muitas vezes não ser clara, para além do grande número de diplomas que regula a nossa profissão, resultando diferentes interpretações. Pretendeu ainda, saber se a Secção prevê sensibilizar as 16 Câmaras Municipais do Algarve, de modo que estas pertençam ao mesmo país e não sejam “16 países diferentes”, uma vez que os projetos submetidos são alvo de diferentes apreciações em cada câmara, ou até mesmo dentro de uma mesma câmara, os técnicos fazem diferentes apreciações de um mesmo processo. Julga este ser um problema da profissão, que futuramente poderá levar a um Sindicato dos projetistas e a um Sindicato dos técnicos camarários. Questionou por fim o Presidente do C.D.R.Alg., de como será exatamente a abordagem nas câmaras, se será no sentido de uniformizar procedimentos, de modo que os membros sintam que não temos 16 países, mas sim 16 Câmaras Municipais do mesmo país.

Em resposta a esta intervenção foi dada palavra ao Presidente do C.D.R.Alg., Arq.º Luis Matos, que referiu que o Plano de Atividades contempla o ponto relativo à uniformização dos processos, embora tenhamos consciência que vai ser difícil, pois quem trabalha na área sabe que cada câmara é uma “capela”. Revelou ter feito parte da Delegação da O.A. do Algarve há alguns anos atrás e que, à data, e como Delegação, houve essa abordagem com os políticos da AMAL, tendo sido, no entanto, ignorada. Referiu saber que irão enfrentar essa dificuldade, e que ao colocar esse ponto no programa não foi por acaso, pois têm consciência que esse é um dos maiores problemas que existe na profissão, adiantando que tinham intenção de ir mais longe, e ter uma plataforma única, pois cada câmara está a adoptar a sua. Informou ainda que pretendem comunicar com as Câmaras Municipais individualmente, e depois com a AMAL em conjunto com os Presidentes das Câmaras Municipais, pois a comunicação é necessária individualmente e depois num todo, mas diz ser difícil garantir que se vai conseguir, contudo irão continuar a trabalhar nesse sentido. Continuou, explicando que este assunto tem sido alvo de bastante debate, e quanto à abordagem consideram não falar sobre o facto de isto ser uma mais valia para os arquitetos, mas sensibilizar as Câmaras Municipais que, com maior a facilidade de instrução dos

procedimentos e da comunicação entre os arquitetos “de fora e de dentro” da entidade, toda a sociedade e economia irão ganhar. Referiu por fim, ter a certeza que não se vai conseguir fazer tudo em 3 anos, mas que se vai tentar melhorar.

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia, o Plano de Atividades de 2021 foi posteriormente colocado a votação, por meio da digitação do número de membro e respectiva intenção de voto pela ferramenta de diálogo escrito disponibilizada pela plataforma da reunião online; tendo sido aprovado por maioria de 24 votos, com 4 votos de abstenção. Registaram-se 2 membros que não pretenderam votar neste ponto.

#### **Ponto quatro da ordem de trabalhos**

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia foi aberto o quarto ponto da ordem de trabalhos, relativo a outros assuntos de interesse para a Secção, dando palavra aos membros presentes para os esclarecimentos entendidos por convenientes para o presente ponto, por meio de inscrição pela ferramenta de diálogo escrito disponibilizada pela plataforma da reunião online. Fez ainda referência a um e-mail recebido pela Mesa da Assembleia da S.R.Alg. por parte do Arq.º Ricardo Camacho e que representa uma moção. Informou que não tinha sido analisado o conteúdo da mesma por ter sido recebido poucos minutos antes do início da assembleia, mas que, irá ser analisado e oportunamente dada resposta ao seu conteúdo.

Foi dada a palavra ao Arq.º Ricardo Camacho que começou por agradecer e informou que a intenção de não votar tem a haver com a moção e com questões como as já abordadas no início da assembleia pelo Presidente Luis Matos e que considera relevantes. Referiu, em sua opinião, não fazer sentido votar-se um Plano de Atividades sem antes se perceber a situação da Secção e que a apresentação da moção é no sentido de convocar uma assembleia extraordinária para se clarificar questões básicas como, de que forma é que esta Secção vai prestar o apoio aos membros; de que forma podem exercer os serviços essenciais do Plano de Atividades, como a questão da formação e as ideias para a sede. Continuou referindo que, para além destas a questão da agenda, constatando ter havido vários argumentos nesta direção também, e que considera ser um tema que pode ser discutido à parte da questão do Acordo, cujo teor que os membros não tiveram conhecimento. Referiu ainda não duvidar da informação partilhada, mas porque não conhece o acordo, não pode comentar, e sugeriu que a Secção disponibilizasse o acordo aos membros, para se poder avaliar de alguma forma a nossa resposta conjunta a isso. Sugeriu que, da mesma forma que na campanha houve acesso a todos os contatos dos membros do Algarve, e a título informal se voltasse a convocar uma reunião através dessa mesma lista de contatos, para se discutir a agenda que se pretende para a Secção. Referiu, por fim, concordar inteiramente com a Arq.ª Joana Guerreiro, quando apelou à questão de criar uma plataforma democrática, para que, enquanto cidadãos e arquitetos, se possa discutir qual o nosso entendimento sobre a O.A. e a Secção Regional.

Foi dada palavra à Arq.ª Teresa Correia que questionou se, segundo os Estatutos desta Assembleia, a moção que foi apresentada não teria que ser lida e votada, referindo ter interesse em conhecer o conteúdo da moção.

Pelo Presidente da M.A.R.Alg. foi dada resposta à questão, explicando que pelo facto de a moção ter sido recebida poucos minutos antes do início da assembleia, não tinha havido oportunidade para sua análise e avaliação da proposta, não fazendo sentido ser feito no decorrer da assembleia, mas que será analisada e encaminhada para os órgãos competentes.

Foi dada palavra ao Arq.º Fernando Santos que disse entender que há uma barreira burocrática que não permite que a Secção comunique com os seus membros, pelo que foi explicado; que considera importante terem acesso a esta ata embora não compreenda como a Secção a vai publicar ou fazer chegar aos seus membros; e questiona como esta situação pode ser ultrapassada, sugerindo que os membros partilhassem os seus contatos para a Secção o poder fazer.

Pelo Presidente do C.D.R.Alg., foi dada resposta à questão do Arq.º Fernando Santos confirmando que a S.R.Alg. não tem acesso aos contatos; que o órgão da Mesa de Assembleia é que decidirá como enviar as atas; mas que a ata deverá ser enviada a todos os membros, através do envio aos serviços administrativos centralizados em Lisboa, que reencaminhará depois aos membros da S.R.Alg.. Sobre a sugestão de Ricardo Camacho, respondeu confirmando ter reunido muitos contatos na altura da candidatura, garantindo estar longe de ter os contactos de todos os arquitectos do Algarve, e que poderia comunicar como comunicou durante a campanha mas não o vai fazer, pois enquanto responsável pela S.R.Alg. só poderá utilizar os contactos oficiais para comunicar assuntos relacionados com O.A.. Acerca da criação de uma plataforma democrática disse ser um assunto à parte e completamente distinto no seu entender e considera fundamental que ela exista, mas não se poderá criar uma estrutura que não seja oficial através da S.R.Alg. porque, por exemplo, temos que cumprir com a Lei da Protecção de Dados, como todos o sabem. Sobre o A.C., esclareceu que o mesmo é público, estando publicado no site e na página de facebook da O.A., acrescentando que poderia enviá-lo a qualquer membro que solicite essa informação à S.R.Alg. através do e-mail [algarve.geral@ordemdosarquitectos.org](mailto:algarve.geral@ordemdosarquitectos.org), assim como qualquer outra informação que necessitem. Sobre o apoio aos membros e nos serviços essenciais informou que enquanto a secção não tiver uma sede, um ou dois funcionários, instrumentos de gestão, ou seja, uma conta bancária, acesso à plataforma do gestor de membros, um orçamento aprovado, etc., que não será a S.R.Alg. a prestar estes serviços, mas que estão garantidos como estiveram até então. Salientou que, embora a S.R.Alg. tenha votado contra o A.C., os membros não perderam os seus direitos, não recaindo qualquer prejuízo sobre estes. O prejuízo reflete-se nas condições de trabalho da Secção, que não consegue ter retorno de todo o trabalho desenvolvido e que utiliza os recursos materiais pessoais de cada membro que integra os órgãos sociais, sendo esta a atual situação. Sobre a agenda, concordou que tem que ser feita e referiu que já se iniciou com os Planos de Atividades que já fazem parte da mesma; que será necessário discutir o tema, não em Assembleia, mas através de tertúlias e eventos sobre arquitetura; e que se pretende lançar o Prémio Regional de Arquitetura a todo o momento, criar um Roteiro de Arquitetura Regional, temos uma série de projetos, mas enquanto não for possível instalar a sede da S.R.Alg. com as devidas condições, é muito difícil. Sobre o Apoio Jurídico Regional (questão levantada através da ferramenta de diálogo escrito disponibilizada pela plataforma da reunião online), informou que se pretende ter as condições que qualquer Secção a nível nacional terá, sendo o apoio jurídico fundamental, e que já foi solicitada uma reunião com a Ordem dos Advogados para se avaliar a melhor maneira de o ter. Falou acerca da descentralização e do facto de se falar dos elevados custos da sustentabilidade das secções, concordando que de facto tem alguns custos, e de se falar que a Ordem não é sustentável porque o dinheiro não chega para tudo ou para tantas secções, mas que só poderá haver essa conclusão até se ver o dinheiro que se gasta em exposições, por exemplo, e que não se ganha por não termos as Secções nas regiões, que as Secções mais pequenas poderão fazer uma série de parceiras que não envolvem custos e que ninguém consegue dizer o que a O.A. perdeu nestes últimos 20 anos por não estar no território. Considera por fim que perdemos muito, por não termos os membros do algarve a falar uns com os outros como temos hoje aqui, por não termos a Ordem a comunicar com as

entidades regionais e outros, e que, embora não seja quantificável, é muito importante. A Ordem deverá ser sustentável, arranjando o método e orçamento possível para todas as Secções, com parcerias de todas as entidades e de todos os arquitetos. Lembra ainda que o C.D.R. é constituído por cinco pessoas, e que só com a participação dos membros e de todos os que se queiram envolver será possível chegar a algum lado.

Foi dada a palavra à Arq.<sup>a</sup> Ivone Gonçalves que solicitou que ficasse registado em ata, conforme suas palavras que se passa a descrever, “o presidente disse que não houve negociação quanto ao acordo com o C.D.N. e que foram enviados e-mails de comunicação, e que este não respondeu”.

Foi dada palavra à Arq.<sup>a</sup> Teresa Correia que pretendeu explicar o seu sentido de voto, justificando que no segundo orçamento se absteve sobretudo por haver alguma indefinição, não tendo intenção de inviabilizar os Planos de Atividades ou criar algum tipo confrontação. Sugeriu ainda que se tente fazer uma estimativa de custos e receitas, mesmo que seja com tentativa de orçamento zero, considerando tornar mais realista os Planos de Atividades.

Debatido o ponto quatro da ordem trabalhos, foi sugerido pelo Presidente da M.A.R.Alg. a leitura da minuta da ata que foi feita pela Secretária da M.A.R.Alg, não havendo qualquer manifestação contra a sua aprovação, por partes dos membros presentes.

Finda a leitura da minuta da ata, foi ainda dada palavra à Vice-Presidente do C.D.R., Arq.<sup>a</sup> Ana Alves Pinto, que pretendeu esclarecer a Arq.<sup>a</sup> Ivone Gonçalves, informando que a proposta do acordo foi enviada em Agosto pelo C.D.N., tendo a S.R.Alg. respondido e que obtiveram resposta cerca de um mês depois, no início de Setembro. Continuou, esclarecendo que na resposta a esse e-mail a S.R.Alg. colocou uma série de questões, às quais não foram dadas resposta; e o que foi referido pelo Presidente do C.D.R.Alg. foi que o C.D.N. não deu resposta a essas questões, embora tenham respondido ao e-mail. Informou ainda que, desde dessa data até ao momento tem havido troca de e-mails na tentativa de se chegar a um acordo, mas a S.R.Alg. entende que não estão a dar resposta às solicitações.

Foi dada palavra à Arq.<sup>a</sup> Ivone Gonçalves, que em resposta ao esclarecimento disse ter entendido que não tinha havido resposta aos e-mails, do que foi referido. Sugeriu que, no futuro, as Assembleias fossem gravadas, visto que são via zoom, de modo a ultrapassar estas questões. Questionou ainda se um email pode ser tornado público, apelando à compreensão da posição dos membros, uma vez que não tem havido comunicação por parte da S.R.Alg., sendo esta a primeira Assembleia, e referiu que os membros não sabem que tipo de esforços estão a ser feitos, sendo que a comunicação que chega, é que todas as Secções assinaram um acordo e a nossa não. Referiu ainda que, estamos numa posição como uma colega disse, orçamento zero, que não temos verdadeiramente um orçamento, e os membros precisam saber qual é a estrutura ao certo, qual o esforço que foi feito, que e-mails foram estes e qual foi a postura negocial da secção.

Foi dada palavra novamente à Vice-Presidente do C.D.R., Arq.<sup>a</sup> Ana Alves Pinto, que esclareceu que até ao momento, as Secções que assinaram o acordo se encontram na mesma situação, sem orçamento, sem sede, sem e-mails, não estando a S.R.Alg. prejudicada por isso.

Interveio ainda o Secretário do C.D.R.Alg., que esclareceu que todas as atas dos plenários dos Conselhos Diretivos são públicas, e que tanto as atas como os anexos que nelas constam, inclusive e-mails, estão disponíveis para todos os

membros que o solicitarem.

Terminadas todas as considerações pertinentes e os esclarecimentos sobre os quatro pontos da ordem de trabalhos da Assembleia Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e um Secretário da Mesa da Assembleia, e da qual fica a fazer parte integrante a lista de presenças, um e-mail de um membro a justificar a não participação na assembleia por não pretender ser utilizador da plataforma "Zoom" e um documento enviado por e-mail à Mesa da Assembleia denominado por "moção", que se anexam.

NIF 500.802.025

Faro, 30 de Outubro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve

Nuno Freitas



A Secretária da Mesa da Assembleia Regional do Algarve

Andreia Caetano



## ANEXOS DA ATA Nº2

### 1ª ASSEMBLEIA REGIONAL ORDINÁRIA DE 30 DE OUTUBRO DE 2020

#### ANEXO 1

#### Lista de Membros Inscritos na 1ª Assembleia Regional Ordinária de 30 de Outubro de 2020

Nº Membro	Nome	Presenças
2512	Aida Isabel Gonçalves Cavadas Correia	x
13162	Ana Sofia Jesus Alves Pinto	x
13219	Andreia Patrícia da Quinta Caetano	x
9230	António Miguel Leal Correia Cardoso Ferreira	x
5549	António Miguel Neves Dias Correia	
17547	Bruno Miguel Oliveira Rodrigues	
11591	Carla Sofia de Brito Matos Alfarrobinha	x
19442	Carla Teresa Alves Leal Simões	
13302	Celina da Conceição Camilo Coelho	x
23756	Duarte Filipe Madeira Aquilino Correia	x
13490	Esmeralda de Jesus do Nascimento Palma	x
3430	Fernando Jorge da Encarnação dos Santos	x
23587	Francisco Augusto Domingos	x
13646	Hugo Romeu Martins Pereira	
18840	Ivone Martins Gonçalves	x
20360	Joana Céline Gros Nunes Guerreiro	x
23029	Joana Proença Rodrigues Torres	x
14294	João José Paixão de Carvalho Ferreira	x
6583	José Ricardo Quintanilha Mendes Pina	x
12088	Luís Fernando Dias Brito Matos	x
11728	Luís Filipe das Neves Duarte Pacheco	x
6466	Luís Miguel Tavares de Pinho	
13655	Marisa Inês Rodrigues Baptista	x
14350	Mónica Sofia Pereira Gonçalves Rosa	x
21735	Natacha Sofia Gonçalves Sabino	x
19121	Neuza Sofia Mena Talhão	x
15597	Nuno Sousa de Freitas	x
14482	Paulo Fernando Matinhos Coelho da Silva	
24324	Paulo Renato Matias Marreiros	x
16500	Pedro Miguel Severino da Silva Catarino	x
13012	Ricardo Coelho Guerreiro da Silva Camacho	x
13218	Ricardo Jorge Carvalho Latoeiro	x
9924	Ruben André da Silva Martins	x
25614	Rui José Pinto de Moura Jerónimo	x
12510	Sílvia Patrícia Granja Baptista Lopes	x
7347	Sofia Isabel Nobre Prudêncio Costa	x
16409	Tatiana Sena Bento	x
4805	Teresa Alexandra Viegas Correia	x
17697	Vânia Isabel Brito Fernandes	
16591	Vitor Fernando Costa Múrias	x

## ANEXO 2

**From:** [REDACTED]  
**Sent:** sexta-feira, 30 de outubro de 2020 11:20  
**To:** OA SRS | Comunicação  
**Subject:** Re: Comunicado | Assembleia Regional Algarve | 30 outubro

Boa tarde,

não vou comparecer por não concordar com o uso da plataforma zoom. Nunca a instalei e não o quero fazer.  
(mais informação aqui: <https://tilde.pt/~rlafuente/blog/o-zoom-e-um-perigo.html>)

Sugiro usarem daqui para a frente a plataforma Jitsi Meet: é software livre e aberto.  
Gostaria muito de poder participar nas Assembleias da OA do Algarve.

Obrigada,  
Marta Setúbal

---

### Comunicado | Assembleia Regional Algarve | 30 outubro

---

OA SRS | Presidência <presidencia@oasrs.org>

30 de outubro de 2020 às 16:44

Para: [REDACTED]

Exma. Senhora Arquitecta Marta Setúbal,

Incumbe-me o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve, arquitecto Nuno Freitas, de enviar a V. Exa., o presente email:

*"Exma. Sra. Arqta. Marta Setúbal,  
Acusamos a receção do seu email, ao qual agradecemos, e tomaremos em consideração em situações futuras.  
Pretendemos melhorar, dia após dia, e prestar o melhor apoio aos membros da região do Algarve.*

*Com os melhores cumprimentos,*

**Nuno Freitas**  
Presidente da Mesa da Assembleia da  
Secção Regional do Algarve da OA"

## ANEXO 3

**De:** [REDACTED]

**Enviado:** 30 de outubro de 2020 19:29

**Para:** OA SRS | Comunicação <[comunicacao@oasrs.org](mailto:comunicacao@oasrs.org)>; OA SRS | Secretariado <[paula.mendes@oasrs.org](mailto:paula.mendes@oasrs.org)>; OA SRS | Presidência <[presidencia@oasrs.org](mailto:presidencia@oasrs.org)>

**Assunto:** Moção à Assembleia Regional Algarve/ 30 de Outubro 2020

Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve, Arquitecto Nuno Freitas.

Segue o documento em anexo em que é apresentada uma Moção à ordem de trabalhos da Assembleia Regional da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos de 30 de Outubro de 2020.

Atentamente,  
Ricardo Camacho

--

**Ricardo Camacho**, M.ArchII HarvardGSD

*Visiting Professor, NEU School of Architecture*

*Managing Partner PROEM Kuwait / CasaGranturismo Portugal*

M Kuwait [REDACTED]

M Portugal [REDACTED]

Skype [REDACTED]

---

 **Mocao Assembleia Regional\_OA SRAIlg.pdf**  
39K

Moção à ordem de trabalhos da Assembleia Regional da Secção Regional do Algarve da  
Ordem dos Arquitectos de 30 de Outubro de 2020.

Ao Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve Arquitecto Nuno Freitas,

Vem a presente moção pedir para que seja agendada uma Assembleia Regional Extraordinária, para que a atual direção clarifique que meios existem e existirão para que possa ser prestado o mais básico apoio aos membros do Algarve.

Sendo que não é de todo claro no plano de atividades, aliás muito pelo contrário refere no ponto 6.2.2. que a contratação de um administrativo estará condicionada à disponibilização de orçamento e conseqüentemente da instalação da sede; e ainda no ponto 6.4 volta a referir que a instalação da sede está dependente da disponibilização de orçamento aplicável às secções regionais (entenda-se que a instalação da sede compreendem os encargos administrativos de estrutura, despensas referentes a eventuais recursos humanos, rendas, alugueres, formação, consumos e consumíveis, telecomunicações, deslocações e outros considerados indispensáveis ao seu funcionamento, como referido do ponto 7 do artigo 12.º do ROFERLOA).

Mais, de acordo com comunicação disponibilizada no site da ordem dos arquitectos, a secção regional do Algarve foi a única das 7 secções que não acordou os termos para a partilha dos serviços na ordem dos arquitectos, desta forma: Como pretende a Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, acautelar os mais básicos dos serviços? como é que prestou desde que tomou posse até agora? e como pondera prestar até que os instrumentos de gestão sejam aprovados?

Com os melhores cumprimentos,

Ricardo Camacho

membro nº.13012

Exmo Sr.º

Arq.º Ricardo Camacho

Membro da OA nº 13012

**Assunto: “Moção à Assembleia Regional Algarve / 30 de Outubro 2020” – resposta ao email (anexo1)**

Exmo Sr.º Arq.º Ricardo Camacho,

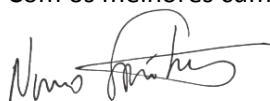
Em relação ao email enviado por vossa Ex.ª em 30 de outubro de 2020, pelas 19 h e 29 m, com o assunto “Moção à Assembleia Regional Algarve / 30 de Outubro 2020” e dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos Nuno Freitas, temos a referir o seguinte:

1. Em primeiro lugar agradecer o envio do seu email e das questões constantes no mesmo pelo que se considera de salutar a preocupação e proatividade dos membros da nossa ordem profissional, em especial da nossa secção regional;
2. Acrescentar que tendo a Assembleia Regional Ordinária inicio marcado para as 20h de 30 de outubro de 2020 não foi possível à Mesa desta Assembleia avaliar em tempo útil, o teor do email;
3. Não obstante ao mencionado no ponto anterior, de referir que para a solicitação de uma Assembleia Regional Extraordinária a mesma teria de cumprir com os requisitos constantes no art.º 16.º da Lei n.º 113/2015 de 28 de Agosto, também designado por Estatuto da Ordem dos Arquitectos (EOA);
4. Tendo vossa ex.ª estado presente na Assembleia Regional Ordinária, de 30 de outubro de 2020, foi possível verificar que foram esclarecidas as questões colocadas no email já no ponto 1 da ordem de trabalhos dessa mesma Assembleia Regional “Ponto de situação atual da secção regional do Algarve”;
5. Ainda assim, foi possível dar-lhe a palavra durante a sessão, tendo a oportunidade para questionar o Conselho Diretivo Regional (CDR) sobre outra qualquer questão de modo a não subsistirem dúvidas da sua parte;

Para finalizar, cumpre-nos esclarecer que qualquer questão relacionada com a Secção Regional do Algarve, e com as deligências da mesma, poderá ser sempre solicitada informação adicional pelo e-mail [algarve.geral@ordemdosarquitectos.org](mailto:algarve.geral@ordemdosarquitectos.org).

Faro, 29 de Abril de 2021

Com os melhores cumprimentos,



Nuno Freitas

Presidente da Mesa da Assembleia da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos

**ANEXO 1**

**De:** [REDACTED]  
**Enviado:** 30 de outubro de 2020 19:29  
**Para:** OA SRS | Comunicação <[comunicacao@oasrs.org](mailto:comunicacao@oasrs.org)>; OA SRS | Secretariado <[paula.mendes@oasrs.org](mailto:paula.mendes@oasrs.org)>; OA SRS | Presidência <[presidencia@oasrs.org](mailto:presidencia@oasrs.org)>  
**Assunto:** Moção à Assembleia Regional Algarve/ 30 de Outubro 2020

Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve, Arquitecto Nuno Freitas.

Segue o documento em anexo em que é apresentada uma Moção à ordem de trabalhos da Assembleia Regional da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos de 30 de Outubro de 2020.

Atentamente,  
Ricardo Camacho

—

**Ricardo Camacho**, M.ArchII HarvardGSD  
*Visiting Professor, NEU School of Architecture*  
*Managing Partner PROEM Kuwait / CasaGranturismo Portugal*  
M Kuwait [REDACTED]  
M Portugal [REDACTED]  
Skype [REDACTED]

---

 **Mocao Assembleia Regional\_OA SRAIg.pdf**  
39K